



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14667 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Lidiane Alves Rodrigues Martins - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Tarcisio Pereira - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes - Código 001

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **Resumo**

Este texto, trata-se de recorte de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus de Três Lagoas –MS. Como objetivo, pretende-se demonstrar resultados parciais do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – e a construção de uma agenda empresarial na educação por meio da instrumentalização do Estado brasileiro pelo setor privado. A metodologia utilizada na pesquisa foi a de caráter bibliográfico e documental (GIL, 1991), fundamentada nos princípios do materialismo histórico-dialético, na tentativa de trazer à tona “o não dito” e contribuir para mostrar o contraditório entre as forças políticas que interferem no âmbito escolar. Pode-se considerar que os empresários do setor educacional, encontraram terreno fértil no redirecionamento das políticas educacionais para conformá-las às demandas de mercado.

**Palavras-Chave:** Base Nacional Comum Curricular. Empresários da educação. Estado.

### **Introdução**

A construção de uma base nacional curricular comum é uma discussão que há mais de 30 anos, vem sendo pautada na organização do sistema de ensino brasileiro.

Nesse sentido,

A base Nacional Comum Curricular foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Com efeito, a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma. Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum. (MALANCHEN, 2020, pg. 134).

O Estado brasileiro entre os anos de 2015 e 2017, desencadeou ações concretas e planejadas para a construção da BNCC para todos os entes federados e para todas as etapas da Educação Básica com desdobramentos na educação superior, o que resultou em oportunidades para setores da sociedade civil ligados a grupos empresariais que, por meio de movimentos como o “Todos pela Base” (uma rede não governamental e “apartidária” que monitora a construção da implementação da BNCC, surgido em 2013), e o “Movimento todos pela educação”, (uma organização da sociedade civil, não governamental, financiada por empresários).

Tais ações contou com incentivos e recursos de entidades como: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA, além da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED).

Esses agentes são responsáveis por organizar o discurso e torná-lo relevante, apresentando a proposta de reorganização curricular conforme expectativas do mercado e do capital, para cuja tarefa utilizam, como alegações, as necessidades históricas da educação. Em outras palavras, **o discurso da qualidade educacional é atribuído apenas à reorganização curricular, contexto no qual as necessidades materiais das escolas, dos trabalhadores em educação e especialmente das condições de vida dos estudantes são ignoradas pelas políticas públicas.** (MALANCHEN, 2020, p. 134, grifo nosso).

Importante destacar que algumas associações de pesquisas do campo da educação, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da Educação (ANPED), posicionaram-se, no período, contrárias à elaboração de uma Base Nacional Comum.

Porém, a BNCC foi aprovada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) como uma “política de centralização curricular” (CÁSSIO; CATELLI JR., 2019, p.13) fundamentada na pedagogia das competências.

Para Saviani, (2014.p.437), a pedagogia das competências tem como objetivo formar comportamentos flexíveis nos indivíduos que “permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas”.

O Ministério da Educação tem considerado a BNCC como o grande projeto educacional do país, fazendo a seguinte menção: “Educação é a Base”. Ainda que autores como Macedo (2018) vem apontando que:

A leitura mais benevolente, diz-nos que a educação é a base para outras conquistas, seja para o país, seja para cada um de nós. Ainda que se tenha construído em torno deste segundo sentido uma certa aura positiva, há, nele, a assunção de que a educação precisa, pragmaticamente, ser útil para algo que virá. Assim, ela é marquetizada, um bem a ser trocado no mercado futuro. (MACEDO, 2018, p.28).

Freitas (2015) destaca que quem está por trás de tudo isso é o ‘mercado’

Neste sentido, a existência de uma base nacional comum obrigatória em nível nacional, amplia os negócios dos reformadores empresariais, trazendo oportunidade de prestar consultorias, assessorias, atuação de empresas de avaliação e produtoras de material didático.

Cabe destacar que,

Entendemos que o processo de privatização pode ocorrer via direção e execução e materializa-se em estratégias que incidem sobre a gestão, a oferta e o currículo de nossas escolas. No caso da BNCC, a disputa ocorre pelo conteúdo da educação e por sua transformação em mercadoria. Sendo que mais de 80% das matrículas da educação básica estão concentradas na escola pública, o setor privado mercantil e/ou neoconservador disputa o conteúdo da educação e busca parametrizá-lo por meio de instrumentos de avaliação, de modelos de formação de professores e da produção de materiais didáticos etc. (ADRIÃO, PERONI, 2018, p. 52).

## **Desenvolvimento**

O processo de implementação da BNCC vem envolvendo relações de poder seja no âmbito da sociedade civil, seja no interior do Estado brasileiro. Tal disputa, vincula-se a um modelo de ensino/educação que pretende interferir em comportamentos, valores, sentidos e aprendizagens, impostos verticalmente, sobrando pouco espaço para a problematização e a invenção de alternativas baseadas na efetiva participação dos profissionais da Educação Básica. Em outras, palavras, advoga em prol de uma padronização que reproduz os ideais capitalista com clara subordinação da lógica educacional ao mercado empresarial. Ou seja, transformar a educação em uma mercadoria rentável e ideologicamente controlada.

Outra questão é que estudantes e professores se restringem a operar e executar um

currículo pronto, que será fiscalizado e cobrado pelas avaliações de larga escala e internacional.

[...] a razão de ser da BNCC é a uniformização do ensino num país que se caracteriza por sua diversidade (linguística, cultural, econômica e social). E a uniformização do ensino, ainda que ideologicamente justificada para parecer que vivemos numa sociedade sem desigualdade social e regional, de fato atende a necessidades do projeto neoliberal de educação que orienta todos os seus horizontes pelas avaliações de larga escala. (GERALDI, 2015. p. 393).

Este agenciamento das políticas educacionais por meio da BNCC tem garantido uma reforma empresarial da educação básica brasileira.

O que os estudos de Macedo (2014), Lopes (2017) e as críticas da ANPEd demonstravam como o grande risco de se lançar na aventura de elaborar uma BNCC para o país, ou seja, homogeneizar e centralizar os currículos segundo os princípios do mercado, aconteceu. Uma diminuição da autonomia entre o campo da produção (ou do mercado) e do campo da educação. Assim, o campo da recontextualização pedagógica oficial e da reprodução nas escolas, também viram diminuídas suas autonomias em relação ao controle do Estado e do mercado. (Silva e Neto, 2020, p. 224).

A BNCC, neste sentido, divide a educação brasileira e aprofunda ainda mais as desigualdades sociais entre pobres e ricos, já que sua proposta é a alteração do currículo escolar, a padronização dos conteúdos, o controle do trabalho de professores e gestores e uma formação voltada apenas para a execução de tarefas. Padroniza também o sistema de avaliação como cumprimento das principais exigências dos organismos internacionais, ou seja, o Brasil deve dar uma formação mínima para o povo e máxima para a burguesia.

Em síntese, pode-se dizer que há uma reedição do tecnicismo na BNCC que reduz a formação dos indivíduos meramente a uma ‘dimensão da execução’ por meio de discursos sobre empreendedorismo, competências, habilidades, dentre outros. Há ainda a redução de conteúdos importantes, por meio de eliminação ou esvaziamento de carga horária de disciplinas que possibilitam a formação de uma consciência crítica; forma alunos moldados para empregos precários e temporários e sem conseguir ingressar numa universidade, desvaloriza e esvazia não só a escola, mas também o papel do professor.

### **Considerações Finais**

A BNCC aprovada em 2017 não é a mesma proposta que havia sido aventada na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, houve vários ajustes e alterações para adequá-la a uma sociedade cujo modo de produção está baseado na acumulação de riquezas e

obtenção de lucros.

Representa em nosso entender, um projeto de desmonte da educação, uma despolitização de estudantes e professores e forma para um consenso social no campo da subjetividade e da adaptabilidade do indivíduo a partir dos interesses do capitalismo. Responde ao discurso pactualista do “todos pela educação”, cujo interesse não é a formação crítica, reflexiva e transformadora da realidade, mas a manutenção da ordem social.

Longe de ser um projeto emancipador tem colaborado para uma educação cada vez mais engessada num crescente processo de disputa pelos empresários que adentram o Estado brasileiro para fazer valer seus interesses particulares. Em outras palavras, veem na educação uma mercadoria a ser explorada.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. PERONI, Vera. **A formação das novas gerações como campo para os negócios?** A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL, 2018. BNCC. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 03 de junho de 2023.

CÁSSIO, F.; CATELLI JR. R. (orgs.). **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC.** São Paulo: Ação Educativa, 2019

FREITAS, Luiz Carlos de. **Base nacional (mercadológica) comum.** Disponível em: [Luiz Carlos de Freitas | AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – Blog do Freitas \(avaliacaoeducacional.com\)](http://www.avaliacaoeducacional.com). Acesso em 20 de abril de 2023.

GERALDI, J. W. **O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular.** Retratos da Escola, v. 9, p. 381-396, 2015.

MACEDO, Elizabeth. **“A base é a base”. E o currículo o que é? A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José. (org.) **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020).

SAVIANI, D. **História das Ideais Pedagógicas no Brasil.** 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Memória da Educação).

SILVA. Ileizi Fiorelli. NETO. Henrique Fernandes Alves. O PROCESSO DE

ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL E A SOCIOLOGIA (2014 a 2018). **Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.2,** p. 262-284, maio/agos. 2020.